

O Pai-Nosso na Literatura Portuguesa, até Gil Vicente

Na *Somme le Roi*, escreveu o dominicano Frei Lourenço de Orleans (séc. XIII) que os meninos da escola aprendiam, antes de mais nada, o pai-nosso, por estar esta oração acima de todas as outras.

Daria um grosso volume toda a bibliografia em torno do pai-nosso. Por causa da sua influência, recordamos, unicamente, a paráfrase que andou pelo mundo, sob o nome de S. Francisco de Assis, e que Francisco de Osuna meteu no seu *Abecedario*, em 1537. Dos meados de quatrocentos, em França, ficou-nos, por exemplo, um tratadinho de Jean Miélot, da oração dominical. Na Inglaterra católica do séc. XV, um poeta anónimo punha em versos arcaicos (*Almychty God ...*) a velha oração ensinada pelo Senhor¹. Não passam de oito longos versos, mas valem mais do que os metros prosaicos de Jacopone de Todi, na sua laude *De le petizione che sono nel paternostro*². Valem mais, esteticamente. Não sob o ponto de vista doutrinal.

E em Portugal? Os sínodos insistiam no ensino e explicação do pai-nosso³ e o *Diálogo de Robim e do Teólogo*, provavelmente do final de trezentos, coloca o pai-nosso em lugar de relevo, por ser a «oração que Christo ensinou e outra nenhũa nom»⁴. As constituições diocesanas insistiam no mesmo sentido e ainda podemos

¹ CARLETON BROWN, *Religious Lyrics of the XVth Century* (Oxford, 1939) p. 84.

² JACOPONE DA TODI, *Le Laude* (Bari, 1930) pp. 102-103.

³ Bibl. Mun. de Braga, ms. 871, fl. 16: *Constituição XXXV* (das constituições bracaenses, decretadas por D. Luís Pires, em 1477, então arcebispo de Braga). Cf. MÁRIO MARTINS, *Estudos de Literatura Medieval* (Braga, 1956) pp. 498-502.

⁴ H. HARE CARTER, *Paleographical Edition and Study of the Language of a Portion of Codex Alcobacensis 200* (Filadélfia, 1938) p. 39.

ler estas palavras, nos caracteres góticos dum incunábulo portuense de 1497:

«Antre todallas orações que açerqua dos christãos se costumam, o pater noster he de mayor efficaçia e exçelencia que as outras. E ysto por tres causas. A primeira por rezam de quem o fez e hordenou que foy nosso Senhor e salvador Christo Jhesu. A segunda causa pellos petitorios que nella se contem, os quaes todos som justos e neççarios e calificados. A terceira causa he por sua brevidade e por ysso he justo que todos o saybam e digam com muyta reverença e devaçam, o qual he este que segue»⁵. E segue todo o pai-nosso, em português, com o final diferente do habitual, pois não emprega o termo *dívida* nem *devedores*, mas diz: e perdoai-nos os nossos «peccados», assim como nós perdoamos àqueles «que nos errarom».

1.º *El-rei D. Duarte*

El-rei D. Duarte introduziu, no *Leal Conselheiro*, um *apropriamento do pater noster aas VII virtudes*⁶: fé, esperança, caridade (virtudes teologais); fortaleza, justiça, prudência e temperança (virtudes cardeais). Forma tudo um capítulo breve e denso, em que o autor liga uma virtude a cada uma das sete petições do pai-nosso. Por sinal que o seu enunciado da oração dominical, para o fim, já entra na corrente tradicional das nossas *dívidas* e dos nossos *devedores* e termina, com uma clareza pouco habitual: «que nom sejamos derribados na temptaçom, mas que nos livres do mal».

Se chamamos a Deus nosso Pai, explica D. Duarte, é porque temos fé. Se confessamos que ele está no Céu e desejamos a santificação do seu nome, sinal é de caridade. Se demandamos que o seu reino venha até nós, decerto esta prece «com a esperança muyto bem se concorda, por que, sperando aver em el por sua sancta graça algũa parte, demandamos cada dia que, quando ao senhor prouver, pera o seu reino sejamos chamados, o qual sempre speramos que nos será por sua mercece outorgado».

⁵ *Constituições que fez ho Senhor dom Diogo de Sousa, bispo do Porto* (Porto, 1497) no *Titollo do pater noster e ave maria*, do catecismo final.

⁶ D. DUARTE, *Leal Conselheiro* (Lisboa, 1942) pp. 346-347.

Temos, assim, as virtudes teologais. Passemos agora às outras. As palavras *seja feita a vossa vontade assim na Terra como no Céu* revelam grande prudência, a maior mesmo que pode haver. Por um lado, conformamos a nossa vontade com a de Deus; por outro pedimos-lhe para, acima de tudo, cada um de nós seguir sempre e cumprir essa vontade. Ora, qual é a vontade de Deus, a nosso respeito, a não ser que nos encaminhemos para a salvação, amando-o, glorificando-o e servindo-o, a exemplo dos que já estão na glória? Está a nossa vontade unida à de Deus e esta não erra. Por conseguinte, prudentemente agimos.

Quanto à petição *o pão nosso de cada dia nos dai hoje*, significa a «grande temperança» aconselhada por Nosso Senhor aos que o seguem, não desejando «sobre-avondança de viandas» mas contentando-nos boamente com o que precisamos em cada dia. Por sua vez, o pedido de perdão para as nossas «divydas», na medida em que perdoamos «a nossos devedores», ensina-nos «o recto camynho da justiça» de Deus, conforme as nossas obras. Teremos a medida de misericórdia que tivermos com os outros. Está nisto a justiça. Enfim, que não caiamos na tentação, mas que Deus nos livre do mal. Bem vistas as coisas, temos aqui a virtude da fortaleza, pois a ela pertence que nos defendamos «contra todo mal» e nos esforcemos por seguir o bem.

Neste capítulo do *Leal Conselheiro*, se olhássemos unicamente para as primeiras linhas, quase pensaríamos em certo capítulo do mais antigo catecismo em português, conhecido hoje em dia. Na verdade, também nele, o comentário do pai-nosso adapta as primeiras petições da oração dominical às virtudes teologais: «Jesu Christo, en esta oraçom põe antes das petiçoões tres palavras, pera que entendamos tres cousas que en sy deve haver o que diz esta Sancta Oraçom. A primeira he fé, e por esso diz *pater*. A segunda cousa, que deve aver, he caridade e por esso diz *noster*. A terceira cousa he speranza e por esso diz *qui es in coelis*, que quer dizer: nosso padre que es no ceo»⁷.

Porém, o resto da explicação vai-se desdobrando dum modo diferente do *Leal Conselheiro*, pois deixa de lhe apropriar, explicitamente, qualquer outra das sete virtudes.

⁷ *Inéditos de Alcobaça*, t. 1 (Coimbra, 1829) pp. 142-144, ed. por Frei Fortunato de S. Boaventura.

2.º *Versão Portuguesa da «Vita Christi»*

De maior musicalidade e mais forte sopro poético nos parece o que certo manuscrito intitula *O Pater noster grozado por el Rey*. El-rei, aqui, é o sobredito D. Duarte, em cujos papéis, também guardados no *Livro da Cartuxa de Evora*, se encontra tal glosa. No entanto, digamo-lo desde já, não lhe pertence tal composição.

A fim de acentuarmos o seu característico ritmo ternário, se assim nos podemos exprimir, vamos dispor as sete petições e o respectivo comentário a modo de estrofes separadas. E em cada uma delas, logo depois do versículo, veremos a glosa distribuída em três segmentos:

Padre nosso,
alto em criação,
manso em amor,
rico em herdade.

Que es nos çeeos,
espelho da eternidade,
coroa d'alegrança,
thezouro da bem avinturança.

Sanctificado seja o teu nome,
que seja a nos mel em a boca,
arpa na orelha,
devaçom no coração.

Venha a nos o teu reino,
alegre sem mistura,
manso sem torvação,
seguro sem perdimento.

Seja feita a tua vontade assi no çeo como na terra,
que todas cousas que entejas entejemos⁸,
e as que amas amemos,
e as que te prazem cumpramos.

O nosso pão de cada dia nos daa hoje,
scilicet, d'ensinança,
de pendença
e de virtude,

⁸ *Entejar*, isto é, ter aversão, fastio a qualquer coisa.

e perdoanos as nossas dividas
 quaes quer, que contra ti comettemos,
 ou contra os proximos,
 ou contra nos mesmos,

assi como nos perdoamos a nossos devedores,
 que contra nos errarão per palavras,
 nas pessoas,
 ou nas cousas,

e não nos tragas en tentaçom
 do mundo,
 da carne
 e do demo,

mas livranos de mal,
 presente,
 passado
 e por vir. *Amen* ⁹.

E agora, um pequeno desvio, para depois voltarmos ao mesmo ponto e esclarecê-lo. Lembramos, por exemplo, que eram numerosos os livros espirituais em «romance». De Cassiano, andavam em Portugal as obras em latim e português ¹⁰, com profunda influência no *Leal Conselheiro*. Teremos de recordar que, na colação 9, do abade Isaac, ouvimos um breve comentário do pai-nosso?

Sabemos, por outro lado, que el-rei D. Duarte conhecia, no nosso idioma, ao menos os começos da *Vita Christi*, de Ludolfo de Saxónia, e transcreve, no cap. 87 do *Leal Conselheiro*, a segunda metade do cap. 8 daquela obra famosa, primeira parte. É a versão depois impressa em 1495, salvo pequenas variantes sem importância, acentua o Prof. Piel.

Ora bem, no cap. 37 dessa mesma parte da *Vita Christi* (Lisboa, 1495), sai-nos ao encontro um largo comentário do pai-nosso que passamos a resumir. E no fim dele, uma oração, precisamente a que depois atribuíram a el-rei D. Duarte. Essa, transcrevê-la-emos na íntegra, mas do manuscrito alcobacense, para o leitor comparar e tirar as suas conclusões. Comecemos pelo comentário, cujo conteúdo

⁹ Bibl. Nac. de Lisboa, *Pombalina*, ms. 147, fs. 203v-204. Também existe na mesma biblioteca, *Fundo Geral*, cód. 3 390, *Livro da Cartuxa de Évora*, fs. 191v-192, da numeração a tinta, 179v-180 da numeração a lápis: Publicado o documento literário, acima transcrito, por Gabriel Pereira em *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, t. 3, pp. 39-40.

¹⁰ Bibl. Nac. de Lisboa, códcs. alcs. 212, 384, 385, 386.

abreviaremos, embora tenha exercido certa influência, cremos nós, no *Catecismo Pequeno* (Lisboa, 1504) de D. Diogo Ortiz:

Grande é a autoridade do pai-nosso, pois vem de Jesus Cristo. Nele pedimos o que precisamos para este mundo e para o outro, quer dizer a bem-aventurança presente e a futura. Breve é esta oração, por sete razões. Primeiro, aprende-se mais depressa, retém-se melhor na memória e ninguém poderá desculpar-se por a não saber. Além disso, por ser curta podemos rezá-la mais vezes, homem nenhum se enfadará ao rezá-la e, como é breve, mais depressa pede aquilo que ele deseja e procura. Enfim, quis o Senhor mostrar-nos, na pequenez desta prece, que não está a virtude da oração em multiplicar as palavras mas, sim, em rezá-la com vontade devota.

Nela, chamamos Pai a Deus. E porquê? Porque o é pela natureza, pela graça e pela glória que nos dá. Diz Santo Agostinho que, no Testamento Velho, não se chama Pai a Deus. Fixemos bem: Pai! Lembrem-se disto os ricos e os de nobre linhagem, quanto ao mundo, para não se ensoberbecerem contra os «pobres homens e de pequena geeraçom», pois todos dizemos pai *nosso*. Por consequência, somos todos irmãos. Não nos ensinou Cristo a dizer pai *meu* mas, sim, pai *nosso*, a fim de rezarmos «por todo o corpo» sem excepção. E não procures só o teu proveito, mas o de todos. Desta forma, expulsa Deus a desigualdade «das cousas», pois em serem filhos de Deus consiste a honra do rei e do «homem pobre». Nisto consiste a nossa fidalguia e nobreza!

Está o nosso Pai no Céu. Aborreçamos, pois, esta vida presente, consideremo-nos peregrinos e alongados do nosso Pai. E que o seu nome seja glorificado, quando olhamos para as estrelas ou contemplamos as virtudes dos outros. Venha o seu reino para os que o ignoram e que a luz da fé os ilumine. Venha a nós o reino da graça, contra o mundo, o diabo e a carne. E venha também a nós o reino da glória. Não nos apeguemos demais às coisas presentes, nem julgemos que são grandes. As do outro mundo, sim.

Seja feita a sua vontade, mesmo dura, e apeguemo-nos à cruz. E que Deus nos dê o pão de cada dia, quer dizer, o mantimento de que precisamos, todo o necessário para viver. Nada de coisas supérfluas! Pão *nosso*, diz o Senhor, e não *meu*, para não pensarmos que são as coisas deste mundo só para nós. Quem nega o pão dos pobres, está a comer o seu pão e o dos outros. Comamos como se por Deus mesmo nos fosse dada a comida e estivesse ele presente. O pão de *hoje*! E que nos baste este cuidado.

Por outro lado, pode entender-se, aqui, o pão «sacramental e o vinho» da eucaristia, pão sobressubstancial, acima de todas as criaturas e destinado à alma. Dele «avemos cada dia mester pera nos esforçar». E pão quotidiano, porquê? Porque os sacerdotes recebem este sacramento por si e «por toda a comunidade».

Há também o pão da doutrina, o pão das lágrimas e o pão celestial ou da glória eterna. E perdoemos! Como diz Séneca, deves perdoar sempre aos outros e nunca a ti mesmo. Quanto à tentação, não a pedimos a Deus mas, sim, que nos livre de cair nela.

Amen é palavra que deriva do hebraico, diz ainda a *Vita Christi*, e não «ousou de a enterpretar e declarar algum enterpretador grego nem ladinho, por reverencia do Salvador».

Ludolfo de Saxónia nota que o pai-nosso, no evangelho de S. Lucas, omite duas petições (a terceira e a sétima) e explica-nos, por miúdo, o porquê deste facto e de como a oração está substancialmente igual à do evangelho de S. Mateus. Contudo, interessa-nos muito mais a oração final deste capítulo 37. Mas esta, para maior segurança, vamos transcrevê-la do manuscrito:

Padre nosso muy alto na criação, muy blando e doce em amor, muy rryco em herdade. Que stas nos ceos, assy como spelho da eternidade e como coroa da aligria e thesouro de bêaventurança. Sanctificado seja o teu nome, de guysa que nos seja mel em a boca, doce melodya na orelha, devoçom no coração. Venha a nos o teu rregno prazivel e alegre sem outra mestura, folguado sem torvaçom, seguro sem perda. Feita seja a tua voontade na terra assy como he no ceo, de maneira que todas cousas que tu avorreces avorreçamos e aquellas que amas amemos e conplamos as que a ty som prazivees. E o nosso cotidiano pam danollo oje, scilicet, o pam da doutrina e da peendença e o pam da virtude. E quitamos as nossas dividas assy como nos quitamos aos devedores nossos, scilicet, as cousas que cometemos contra ty ou contra os proximos ou contra nos meesmos; assy como nos perdoamos a nossos devedores, os quaaes nos injuryarom em palavras e nos fezerom mal em nas pessoas e dapno nas cousas. E nom nos traguas em temptaçom do mundo e da carne e do diaboo. Mas guardanos do mal presente e passado e do que he por viinr. Amen¹¹.

Agora, compare o leitor esta oração de Ludolfo de Saxónia com a oração de atrás, em ritmo ternário, mal atribuída a el-rei

¹¹ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 451, fl. 134-134v, na parte 1, cap. 37. Ludolfo de Saxónia, no latim, não repete a segunda parte da sexta prece. Mas a ed. da versão portuguesa (Lisboa, 1495) segue o manuscrito alcobacense, isto é, também repete. O sublinhado é nosso.

D. Duarte, e verá que são iguais, na substância. Contudo, são duas as versões portuguesas — e pode ser que a do *Livro da Cartuxa de Evora* fosse da responsabilidade do rei.

3.º «*Virtuosa Benfeitoria*»

Já que falámos del-rei D. Duarte, passemos ao infante D. Pedro (ou ao seu confessor Frei João Verba), no *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*. Com efeito, descobrimos, nesta obra, uma paráfrase do pai-nosso, cheia de ritmo e beleza, precisamente no primeiro capítulo, a requerer a graça divina:

Padre nosso que sobre todollos çecos sooes exalçado, praza vos de o vosso sancto nome seer louvado per minha obra, em guisa que eu seja mereçedor do çelestial regno, seendo a voontade do vosso prazimento comprida em mym, que som terra. Sguardaae, senhor, a mym, vosso filho, que na árvore da verdadeyra cruz geerastes com grande door. E veede como jaço no valle da ygnorância, desejando de sobir aa serra muito alta do conhecimento verdadeiro. E porém, seja vossa merçee de me outorgardes cada dia o pam de vossa inffynda misericordia, que sooes vós meesmo. Per que eu reçeba sfforço pera vos servir em este aucto e em quallquer outro. Ordenando boo começo com proveytoso meyo, poendo fim que a mym e aos outros traga melhoramento, per guisa que nom soamente perdoemos aos que nos errarem mas demos benefícios aos mesteyrosos, seendo verdadeyros gradeçedores de todo bem, en que a vós somos obrigados. E porque, senhor, em quanto em este mundo vivemos, somos per temptaçoeens torvados de fazermos boas obras, praza vos de me soportar que em temptaçom nom seja derribado, e livraae me do mall que a vós he avorreçível. Amem¹².

Mais tarde, já na transição de quatrocentos para quinhentos, Juan del Encina abria o seu pai-nosso, em versos castelhanos, um pouco à maneira do infante D. Pedro: «Padre nuestro que estás / en los cielos ensalçado»...¹³. O resto, porém, difere profundamente da prosa da *Virtuosa Benfeitoria*.

Menos sentidos e mais extensos são os comentários desta obra à oração do Senhor, no capítulo *em que se mostram as cousas que devemos pedyr a Deos*¹⁴. Sete petições tem a oração comum ou

¹² INFANTE D. PEDRO, *O Livro da Virtuosa Benfeitoria* (Porto, 1940) p. 26.

¹³ *Cancionero de Juan del Encina* (1496) fl. 30.

¹⁴ INFANTE D. PEDRO, *ib.*, pp. 201-203.

de todos os fiéis, acentua ele. Com grande alegria, pela nobreza de Deus e pela sua glória, sentindo em si deleitosa folgança, o coração do justo reza, empregando as palavras que pode. O fervor, eis a melhor coisa do espírito. Então, alegramo-nos por Deus ser aquilo que é e fazemos, humildemente, a primeira petição: que o nome de Deus seja exaltado e glorioso acima de tudo! Com toda a força, ansiamos pela santidade divina, «desejando parte em aquelle senhorio», onde há ordem sem sujeição. E entende-se isto da segunda petição: «que ajamos parte em o teu regno». Para isso ajuda-nos a obediência, sem a qual «boa obra nunca podemos fazer» e, assim, rezamos: «seja comprida a tua vontade em a terra como he em os çeeos». Sem nos unirmos a Deus, pela sua graça, nunca será nossa a sua glória. A quarta petição (o pão que nos é proveitoso em cada dia) quer dizer: «o devinal juntamente que avemos de teer em Deus» e, além disso, o mantimento sacramental ou corpo do nosso Salvador. E não só isto. Também as virtudes e «a temporal avondança» para a vida corporal. Já se vê que entre perigos temos de ganhar a bem-aventurança. Três são os estorvos grandes que se nos atravessam no caminho. O primeiro é dos pecados. Daí vem que suplicamos ao Senhor: «perdoanos os males que fizemos, como nós perdoamos aos que nos errarom». Outro empacho vem das tentações e, por isso mesmo, pedimos a Deus que elas não nos vençam nem nos mudem para pior. O terceiro «embargo», no caminho da salvação, consiste nas «cousas penosas daquesta vida», porque nos impedem de fazer, livremente e com gosto, «o prazimento de nosso senhor». Por esta razão dizemos, na última petição, que Deus nos livre do mal.

Ora, quando chamamos pai a Deus, continua a *Virtuosa Benfeitoria*, mostramos ter fé de que os nossos pedidos serão atendidos. Deus, na verdade, é «desejador de todo nosso bem». Claro que podia ser pai e não ter forças ou recursos para nos fazer a vontade. Não se trata, porém, dum pai qualquer. Está no Céu! E neste caso, «infyndamente poderoso senhor». E nós? Quanto a nós, estamos ainda neste mundo. Seremos, contudo, filhos de Deus, se limpamente conservarmos o nome de Cristo, recebido no baptismo. Desta forma, reinará ele em nós. Ele e a sua vontade, à maneira do que succede nos anjos. Estes não querem nem podem pecar. Assim também nós, se Deus nos guardar e der forças. Para isto, precisamos de «mantimento spiritual e temporal avondança», quer dizer, alimento para a alma e para o corpo. E como os pecados

que fizemos podem obstar aos benefícios de Deus, que Deus nos perdoe, por sua mercê, como nós «perdoamos a quem nos mal fez». Sobretudo nas tentações, ajude-nos Deus de tal modo que nunca fraquejemos «pellos males do mundo» e que, depois da morte, «vivamos em todo prazer na sua glória com elle por sempre. Amen».

4.º *Catecismo em Português do séc. XIV*

Fora destas obras, nos simples catecismos, resumos da teologia e da vida cristã, bem podia florir a explicação mais ou menos dilatada da oração dominical, pois os párocos precisavam de a expor aos fiéis. Assim acontece no mais antigo catecismo em português chegado aos nossos dias, em linguagem de trezentos.

Como dissemos atrás, o princípio do comentário gira à volta da fé, da esperança e da caridade. Fé, porque dizemos *Pai*. Caridade, porque dizemos *nosso* (e não só meu). Esperança, porque ele está no Céu. Na primeira petição, desejamos a confirmação da santidade do nome de Deus em nós — e isto terá no Céu o seu acabamento. Depois, suplicamos perseverança no bem até que vamos para o reino de Deus. A seguir, vem a petição do «dom de graça pera todas as obras que fizermos». Que a «liberdade do nosso entendimento» se una à vontade divina, não só nas coisas terrenais como nas da alma. A quarta petição é para o passadio desta vida: o pão corporal e o espiritual que nos é mister cada dia. Segue-se a petição do perdão dos nossos pecados, na medida em que perdoamos aos que pecaram contra nós. Sim, só nesta medida, pois de contrário mentiríamos contra Deus e não nos aproveitaria a oração. A sexta petição quer dizer: guardai-nos, Senhor, de consentir na tentação. E a sétima, que Deus nos livre «das penas da alma e do corpo, que merecemos por os peccados que fizemos». Livre-nos, pois, o Senhor, de todo o mal! Quanto ao *Amen*, significa «verdade e firmeza»¹⁵.

5.º *Frei João Claro e os comentários do pai-nosso*

Historiador, moralista e poeta, Fernán Pérez de Guzmán, tio do marquês de Santilhana, morreu à volta de 1460. Poetou bastante, percorreu os sete caminhos da vida mundanal e entrou, a pouco

¹⁵ *Inéditos de Alcobça*, t. 1 (Coimbra, 1829) pp. 142-144.

e pouco, nos caminhos de Deus. Coplas de vícios e virtudes, louvores de Deus para as matinas, trovas e orações a Nossa Senhora e aos santos, um diálogo da coroação das quatro virtudes cardeais, versos em torno da queda de Constantinopla, dizeres e perguntas mordazes, subtis e galantes, com respostas dos poetas do tempo, elogios dos claros varões de Espanha, onde mete os *sábios de Córdova* e el-rei D. Afonso X, provérbios — tudo isto e algo mais forma um largo mar, ora sentencioso, ora divertido. Nalguns casos, de intelectual divertimento. E ainda noutros, de sincera devoção.

Batido na vida e sagaz observador do mundo, falta-lhe contudo poesia. Mas sobra-lhe, por outro lado, o fruto saudável da sabedoria humana e, muitas vezes, certos voos de lirismo religioso.

Às suas obras morais, preferimos o alegre desenfado com que ele proclama, *urbi et orbi*, ao rei, aos fidalgos, à rainha, às damas da corte, às freiras e às leigas, que a senhora dos seus pensamentos está acima de todas as mulheres.

Porém, tal aspecto não seduzia o cisterciense Frei João Claro, da Universidade de Coimbra, que publicou em português as *Horas de Nossa Senhora*, um incunábulo de 1500, impresso em Paris, com as gravuras da Dança Macabra.

Já escrevemos bastante¹⁶ sobre Frei João Claro. Antes de nós, Frei Fortunato de S. Boaventura¹⁷ transcreveu alguns dos seus opúsculos, ou a ele atribuídos. Ora, entre essas obras, figura uma paráfrase poética do pai-nosso, de Fernán Pérez de Guzmán, transposta em português do final de quatrocentos. Vale a pena trasladar para aqui a versão portuguesa, pois trata-se dum belo comentário poético. O traço oblíquo, a separar um verso do outro, vem igualmente no manuscrito original alcobacense e por isso preferimos essa disposição gráfica:

Padre noso que estás / nos ceos exalçado,
 teu nome sanctificado / seja por senpre ja mais,
 por a gram gloria que as / e por quantos beneficios
 sen meritos e serviços / aas creaturas daas.

¹⁶ MÁRIO MARTINS, *Vida e Obra de Frei João Claro* (Universidade de Coimbra, 1956); IDEM, *Estudos de Cultura Medieval*, t. 2 (Braga, 1972) pp. 24-32; IDEM, *Introdução Histórica à Vidência do Tempo e da Morte*, t. 1 (Braga, 1969) pp. 237 e ss.

¹⁷ *Inéditos de Alcobaca*, t. 1, pp. 171-242. Nas pp. 235-242, as traduções em português das paráfrases poéticas do pai-nosso, da ave-maria e do Te Deum, de Fernán Pérez de Guzmán, como demonstrámos nos *Estudos de Cultura Medieval*, t. 2 (Braga, 1972) pp. 24-32.

Venha o teu regno sancto / a nos com paz e com graça,
que nos consolle e spaça / e nos livre de todo spanto,
que noso vigor nom he tanto / que possamos a el ir
sen tua graça interviir / a nos com doce canto.

Faça sse tua vontade / em a terra bem obrando,
creendo e sperando / amando com caridade,
asi que a humanidade / faça como o çeo faz,
que sempre serve e compraz / aa tua sancta magestade.

Noso pam cotidiano / nos da oje por tua clemencia,
que sen tua providencia / que val o trabalho humano?
Tu, senhor, abres a mano / e enches todo animal
de tua bençom a qual / provec ao homem mundano.

E como nos perdoamos / a quem nos ferc e baldoa,
asi tu, senhor, perdoa / a nos outros quando erramos
e como nos condampnamos / com esta suplicaçam,
quando nosa ofensam / cruelmente a vingamos.

Non tragas en temptaçom / senhor a nosa fraqueza,
pois conheces a crueza / daquel rugente leon
que nosa condempnaçom / busca com rayva infernal,
mas livra nos tu de mal / Jesu nosa redemçom. Amen¹⁸.

Já isto seria muito, em Frei João Claro, pois nem sempre é fácil traduzir poesia, apesar da aproximação de ambas as línguas, portuguesa e castelhana. Ora, acerca da maneira de rezar, escreveu Frei João Claro, ou pelo menos transcreveu um capítulo *Da oraçom dominical*¹⁹, publicado por Frei Fortunato de S. Boaventura. Vamos dá-lo substancialmente e sem os arcaísmos desnecessários da linguagem:

Segundo diz o Apóstolo, mais vale rezar devotamente, no coração, um pai-nosso, que mil de boca, sem os entender. Esta oração do *Pater noster* sobrepuja toda outra oração em dignidade, por a fazer Nosso Senhor Jesus Cristo, o qual sabe qual é a vontade de Deus e a oração que mais lhe apraz. Sabe ele as coisas que precisamos de pedir e muito o injuriamos quando pomos de lado a sua oração (scilicet, o pai-nosso) e nos aprazem outras, multiplicadas de palavras enfeitadas. Nisto nos enganamos. Não que seja mal

¹⁸ MÁRIO MARTINS, *Vida e Obra de Frei João Claro* (Universidade de Coimbra, 1956) pp. 188-189.

¹⁹ *Inéditos de Alcobça*, t. 1 (Coimbra, 1829) pp. 215-218.

rezar cada um as orações que a sua devoção requer, mas é mal deixar a que Nosso Senhor ensinou, pois ele diz: Quando quiserdes orar, não oreis com muitas palavras, mas dizei: *Pater noster, qui es in coelis*. Sobrepuja ainda esta oração todas as outras, por nela se conter quanto havemos mister nesta vida e na outra. Com efeito, nela rogamos ao Pai que nos livre de todo o mal, nos dê todo o bem e nos faça tais que nunca possamos mal fazer nem faltar no bem, «e verás como». Todo o mal, que o é para nós, ou será que há-de vir, ou padecemos-lo agora, ou já é passado. Deste rogamos que nos livre Deus, quando dizemos *perdoai-nos as nossas dívidas*. Do mal que há-de vir, dizemos: *não nos deixeis cair em tentação*. Do mal que agora sofremos, dizemos: *mas livrai-nos do mal*. Rogamos os bens temporais, quando pedimos: *o pão nosso de cada dia nos dai hoje*. E o bem espiritual, quando pedimos: *faça-se a vossa vontade*. Suplicamos a Deus o bem perdurável, ao dizermos: *venha a nós o vosso reino*. Deste rogo é confirmação esta frase do pai-nosso: *santificado seja o vosso nome*.

Depois, o autor retoma, em certo modo, cada parte da oração dominical e dá-lhe maior envergadura e novos sentidos.

Deves saber que as primeiras quatro palavras, *Pai nosso que estais no Céu*, nos ensinam que, na oração, estão implícitas quatro coisas, a saber, fé, esperança, caridade e humildade. Vem a caridade significada logo nas primeiras palavras, porque, por natureza, qualquer criatura ama o seu pai carnal, de quem somente recebeu o corpo. Ora, muito mais deves tu amar a Deus Pai que te deu o ser do corpo e da alma, te remiu estando tu perdido, te suporta quando pecas e te perdoa quando a ele tornas, prometendo-te a glória e dando-te, neste mundo, todas as coisas necessárias. Por isso o tens de amar acima de todas as coisas.

Mostra-nos Deus esperança, continua Frei João Claro, por aquela parte que diz: *nosso*. Se é nosso pai, com razão devemos dele esperar todo o bem, deste mundo e do outro, fazendo nós a sua vontade. Mostra-nos também a firme crença que devemos ter, pois ao dizermos *que estais*, cremos que Deus existe e tal fé muito lhe apraz, pois sem ela não poderia Deus ser conhecido nem honrado. Mostra ainda a verdadeira humildade que devemos ter, perante ele, através das palavras *no Céu*, porque, quando pensamos estar ele nos altos Céus e nós aqui em baixo, na Terra, então nos humilhamos, conhecendo que é Nosso Senhor poderoso e infinito e nós seus servos inúteis, fracos e pequenos.

Obtidas estas quatro coisas (a saber, fé, esperança, caridade e humildade), então podemos confiadamente rogar e dizer com toda a afeição: *santificado seja o vosso nome*. Senhor e Pai, que o vosso nome de tal modo seja confirmado em nós, vossos filhos, que façamos a vossa vontade e contra ela nada obremos. E por não podermos fazer isto perfeitamente neste mundo, dizemos: *venha a nós o vosso reino*. Isto é, que estejamos em vós, ó Pai, neste mundo pela graça e, no outro, pela glória. A não ser que, Senhor, seja do vosso serviço e prazer continuar nesta vida e, por isso, dizemos: *seja feita a vossa vontade assim na Terra como no Céu*. Quer dizer, rogamos-te, ó Pai, que nos guieis de tal modo que, na Terra, façamos o que mandais e evitemos o que proibis, tudo isto com a perfeição dos anjos e santos no Céu. Porém, não podendo nós viver sem os bens deste mundo, por isso dizemos: *o pão nosso de cada dia nos dai hoje*. Isto é, nós te pedimos, Pai, o pão necessário para cada dia (e não o sobejo). A fim de conseguirmos a vida eterna, pois sem a tua providência nada aproveita o trabalho, dá-nos também hoje o pão espiritual da alma, quer dizer, o teu corpo sagrado e a tua santa doutrina. E porque, nesta vida, nunca estamos sem pecado, por isso dizemos: *perdoai-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores*. Assim perdoados, por sermos fracos e temermos o mal que nos pode vir, exclamamos: *e não nos deixeis cair em tentação*. Quer dizer, pedimos para dela não sermos vencidos.

Finalmente, conclui Frei João Claro, vivendo nós cercados, nesta vida, por muitos males, por isso pedimos: *mas livrai-nos do mal*. Do mal presente, na medida em que nos pode induzir a pecar, disso nos livrai. Contudo, não pedimos para não padecermos adversidades, com a condição de elas não nos causarem dano. *Amen*.

Será preciso repetir que não sabemos ao certo do autor desta paráfrase? Pode ser ou não ser de Frei João Claro. Os comentários do pai-nosso não trazem, aqui, o nome de quem os escreveu, nem Frei João Claro se incomodava muito com isso. Veremos, depois, como ele transcreve uma oração latina da *Vita Christi*, também sem a nomear²⁰. Era um códice para uso pessoal — e a autoria própria ou alheia pouco lhe importava.

²⁰ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 72, fl. 107.

Havia breves paráfrases da oração dominical, em latim rítmico, como esta poesia de Christans Von Lilienfeld:

Pater noster, es in caelis
 Ubique certe dominans,
 Bona certe cuncta geris,
 Tu mundum luce luminans,
 Tuum sanctum nomen felix
 Sit quilibet sanctificans.

Regnum tuum videamus,
 Panem da cottidianum,
 Ut viventes maneamus,
 Evitemus malum vanum,
 Nostro fratri dimittamus,
 Ut intremus locum sanum²¹.

Ou então este pai-nosso em letra de quatrocentos, num manuscrito de Munique: «Pater noster, excelsus in creatione», etc.²².

Quem poderá dizer, com toda a certeza, que o pai-nosso glosado, em latim, nos papéis de Frei João Claro, lhe pertence de verdade? Já uma vez publicámos esta paráfrase rimada e o leitor aqui tem de novo este latim devoto e teológico. Frei João Claro gostou desta paráfrase, se é que a não escreveu:

Pater noster,
 privilegio creacionis,
 beneficio recreacionis,
 ministerio pietatis,
 testimonio superne hereditatis.

Qui es in celis
 per illuminantem gratiam,
 per gubernantem potenciam,
 per dirigentem misericordiam,
 per sublimantem gloriam.

Sanctificetur nomen tuum,
 a nobis per honestam vitam,
 in nobis per mundam conscienciam,
 ex nobis per bonam famam
 et super nos per representationem angelicam.

²¹ DREVES, *Analecta Hymnica Medii Aevi*, t. 41, n.º 85.

²² CHEVALIER, *Repertorium Hymnologicum*, t. 2 (Lovaina, 1897) n.º 14672.

Adveniat regnum tuum,
 scilicet, celestis patria per revelacionem,
 sancta ecclesia per assumptionem,
 sacra scriptura per erudicionem.

Fiat voluntas tua, sicut in celo et in terra,
 scilicet, cordis simplicitate,
 corporis castitate,
 oris veritate,
 operis sanctitate.

Panem nostrum quotidianum da nobis hodie,
 scilicet, humane necessitatis,
 doctrine veritatis,
 hostie salutaris,
 superne sacietatis.

Et dimicte nobis debita nostra
sicut et nos dimictimus debitoribus nostris,
 non detrahentes in corde,
 non impropertes in ore,
 non redentes malum pro malo,
 non recedentes a beneficio.

Et ne nos inducas in temptationem
 fraudulentam que decipit,
 violentam que funes frangit,
 subitam que cogitacionem prevenit,
 importunam que non recedit.

Sed libera nos a malo, amen,
 scilicet, mundane adversitatis,
 humane perversitatis,
 diabolice caliditatis,
 sempiternae calamitatis ²³.

Em suma, Frei João Claro (ou um autor que não lográmos descobrir) diz-nos o seguinte, um pouco na esteira da *Vita Christi: Pai nosso*, pelo privilégio da criação, pelo benefício da re-criação, pela vossa misericórdia connosco, pela promessa da herança celeste. *Que estais no Céu*, pela graça iluminante, pelo poder com que nos governais, pela misericórdia com que nos dirigis, pela glória com que nos levantai. *Santificado seja o vosso nome*, por nós mediante

²³ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 72, fs. 101v-102. Cf. também MÁRIO MARTINS, *Vida e Obra de Frei João Claro* (Universidade de Coimbra, 1956) pp. 182-184.

uma vida honesta, em nós mediante uma consciência pura, de nós pela boa fama, acima de nós pela ordem dos anjos. *Venha a nós o vosso reino*, isto é, a pátria celeste que nos foi revelada, a Santa Igreja que nos adopta, a Sagrada Escritura que nos ensina. *Seja feita a vossa vontade assim na Terra como no Céu*, a saber, com simplicidade de coração, com o corpo casto, com a verdade das palavras, com obras santas. *O pão nosso de cada dia nos dai hoje*, quer dizer, o pão de que o homem necessita, o pão da verdadeira doutrina, o pão da hóstia que salva, o pão da celeste saciedade. *E perdoai-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores*, sem agravos no coração, sem impropérios nos lábios, sem pagar o mal, sem nos afastarmos do bem-fazer. *E não nos deixeis cair em tentação*, a qual com as suas fraudes nos engana, com a sua violência quebra as amarras, tão súbita que apanha desprevenido o pensamento e, à força de importuna, não se vai embora. *Mas livrai-nos do mal, ámen*, isto é, livrai-nos das adversidades do mundo, da perversidade dos homens, da manha do demónio, da eterna condenação.

O leitor deve lembrar-se de que a primeira estrofe coincide com a substância da explicação de Ludolfo Cartusiano ou Ludolfo de Saxónia, quando nos diz que Deus é pai «segundo as tres guisas de seer que recebemos d'elle, scilicet, o seer da natura e o seer da graça e o seer da glória». E não nos fala também a *Vita Christi* do pão eucarístico, do pão da doutrina e do pão da glória celeste? No entanto, de tal maneira certas explicações do pai-nosso tinham entrado no reino dos lugares comuns que se torna impossível marcar exactamente a fonte próxima donde derivam.

Já vimos que a glosa do pai-nosso, em ritmo ternário, atribuída a el-rei D. Duarte, não lhe pertence, mas talvez lhe pertença a versão portuguesa, tanto mais que difere da tradução do cód. alc. 451²⁴. Difere nos termos e é mais concisa. Ora, poucas folhas adiante da paráfrase rítmica em latim, que transcrevemos do códice de Frei João Claro, surge a prece final do comentário ao pai-nosso de Ludolfo de Saxónia, em latim. Vamos trasladá-la para aqui, a fim de o leitor a poder comparar com a tradução da *Vita Christi*, em português, e com a tal versão em ritmo ternário, digamos assim, del-rei D. Duarte ou a ele atribuída:

²⁴ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 451, fl. 134-134v. Parte 1, no final do cap. 37.

«*Pater noster*, excelsus in creacione, suavis in amore, dives in hereditate. *Qui es in celis*, speculum eternitatis, corona iocunditatis, thesaurus felicitatis. *Sanctificetur nomen tuum*, ut sis nobis²⁵ mel in ore, cithara in aure, devocio in corde. *Adveniat regnum tuum*, iocundum sine permixtione, tranquilum sine turbacione, securus sine amissione. *Fiat voluntas tua sicut in celo et in terra*, ut omnia que odis odiamus et que diligis diligamus et que tibi placent impleamus. *Panem nostrum cotidianum da nobis hodie*, scilicet, doctrinalem, penitenciam et virtualemente. *Et dimicte nobis debita nostra* quecumque contra te commissimus²⁶, aut contra proximos vel contra nosmetipsos. *Sicut et nos dimictimus debitoribus nostris* que nos ofenderunt verbis vel in personis aut in rebus. *Et ne nos inducas in temptacionem mundi, carnis et demonii*²⁷. *Sed libera nos a malo presenti, preterito et futuro. Amen*»²⁸.

6.º O «Catecismo Pequeno» de D. Diogo Ortiz

Em 1476, chegou a Portugal Diogo Ortiz de Villegas, na companhia de Dona Joana, a Excelente Senhora, de quem era confessor. Chamavam-lhe o Calçadilha, por ser de Calzadilla del Campo, não longe de Salamanca. D. João II deu-lhe o priorado de S. Vicente de Fora. Conforme diz Eubel, na *Hierarchia Catholica*, em 1491 foi eleito bispo de Tânger e, no ano de 1500, a 4 de Maio, nomearam-no bispo de Ceuta. Finalmente, a 27 de Junho de 1505, Júlio II transferiu-o para a sé de Viseu.

Do seu papel na política dos descobrimentos, muito se falou. Mas bem pouco do seu *Cathecismo pequeno da doutrina e instrução que os christãos ham de creer e obrar pera conseguir a benaventurança eterna feito e copilado pollo reverendissimo senhor dom Dioguo Ortiz bispo de Çepta* (Lisboa, 1504, por Valentim Fernandes e João Pedro de Cremona).

Ora bem, o cap. 8 da primeira parte intitula-se *Da oração do Pater noster com sua breve exposição*. Explica-nos ele que a Deus

²⁵ Na *Vita Christi* impressa (pelo menos nalgumas edições) vem *ut nobis sit*, em vez de *ut sis nobis*. Foi esta última construção a seguida na versão alcobacense e na que traz o nome del-rei D. Duarte.

²⁶ Por *comisimus*.

²⁷ Na *Vita Christi* impressa, consultada por nós, vem *demonis* em vez de *et demonii*.

²⁸ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 72, fl. 107.

fazemos oração para que nos dê. E aos santos para que façam diligência por isso. Deus concede-nos sempre o que pedimos, ou então «outra cousa melhor», ou em tempo mais conveniente.

Não sabe, porém, Deus Nosso Senhor o que precisamos? Neste caso, para que rezamos a pedir isto e aquilo? Para despertar em nós a devoção, para nos melhor lembrarmos do que pedimos e para melhor guardar o que ele nos der!

É o pai-nosso a melhor das orações, porque foi Cristo a ensiná-la, por ser breve de reter, por estar cheia de mistérios e por conter em si o que é preciso para esta vida e para a outra.

Deus promete dar, sobretudo se insistimos em suplicar o necessário, mas sem multidão inútil de palavras. Logo de entrada, dizemos *Pai nosso que estais no Céu* — e nisto afirmamos três coisas em Deus: sabedoria, por ser nosso pai e pertencer-lhes ensinar os filhos e conhecer as suas precisões; em segundo lugar, boa vontade, amor e afeição, pois é *nosso* Pai; a terceira, poder, pois quem está no Céu, como em seu reino e senhorio, esse pode tudo por nós!

Mas atenção! Não dizemos pai *meu*, mas *nosso*. Donde vem que todos somos irmãos. Em suma, sabe Deus as nossas precisões, quer socorrer-nos e tem alçada para isso.

Quatro das sete petições do pai-nosso pertencem ao bem que desejamos. E as outras três ao mal de que fugimos. E que bens são os que nós pedimos? Primeiro, glória para Deus, pela santificação do seu nome, mediante a revelação das suas perfeições, mesmo em nós, pelas nossas boas obras e vida santa. Em segundo lugar, suplicamos, também para nós, a glória e o reino de Deus pela sua graça. Que este reino se espalhe por todo o mundo! E que alcancemos, um dia, o Paraíso, que Cristo nos ganhou com o seu sangue. Na terceira petição, demandamos graça para bem obrar: que os cidadãos deste mundo cumpram a vontade divina como os que já estão no Céu! Na quarta petição (*o pão nosso de cada dia...*), não pedimos a Deus riqueza nem pobreza. Só o necessário para viver. Notem os gulosos que pedem pão e não manjares delicados! Notem os que vivem do alheio que o pão há-de ser nosso e não dos outros! Notem os avarentos que diz *hoje* e não para dois anos! Enfim, pão sobressubstancial, quer dizer, a eucaristia e a graça de todos os sacramentos.

Passamos agora aos males de que fugimos. Em primeiro lugar, os pecados. Cada pecado é uma dívida que temos de pagar a Deus. Se ele nos perdoa, perdoemos também nós a quem nos deve. E quem

não precisa de vencer as tentações? É esta uma petição para não esquecer. Deus permite que sejamos tentados, mas não deseja que sejamos cercados e vencidos pela tentação. E nalgumas dificuldades, fugir do inimigo é vencer. Vigiai, pois, e orai, dizia Nosso Senhor. Enfim, temos a sétima prece, em que pedimos para Deus nos livrar não só dos trabalhos, angústias e tribulações, mas também do Mau, quer dizer, de Lúcifer, nosso inimigo.

Quanto ao *Amen*, é como selo final ou conclusão. Significa *Assim seja*, como explica S. Jerónimo²⁹.

7.º Luis Anriques

Contemporâneo de D. Diogo Ortiz, Luís Anriques ou Henriques, fidalgo ao serviço de D. Jaime, duque de Bragança, acompanhou-o na conquista de Azamor e sobre ela escreveu um poemeto, no *Cancioneiro Geral* (Lisboa, 1516).

Como o seu amo, Luís Anriques era homem deste mundo e do outro. Escreveu prantos, à base dos salmos, por ocasião da morte funesta do príncipe D. Afonso; compôs um lamento quando se finou el-rei D. João II; glosou o *Ave maris stella*, em 1506, por ocasião da peste; pôs em verso castelhano a agonia de Nosso Senhor no horto e glosou o pai-nosso. Mas, por outro lado, compôs esparsas galantes e amorosas, cantigas que nada tinham a ver com Deus e até uma sátira a certa «moça com que andava d'amores» e o trocou por um alfaiate judeu. Dá-nos, porém, a impressão de que a apaixoneta pela moça mais não foi do que pretexto para troçar dos costumes judaicos.

Seja como for, de Luís Anriques interessa-nos somente o *Pater noster grosado*. E a glosa vai-se desenvolvendo de tal forma que, afora o primeiro verso da glosa, cada uma das estrofes começa e acaba por uma frase do pai-nosso em latim. Um latim aportuguesado, aqui e além. Por exemplo, a segunda estrofe:

Sanctificetur nomen tuum,
muy temydo e adorado,
de toda jente comuum
de sempre tee fym louvado.

²⁹ D. DIOGO ORTIZ, *Catecismo Pequeno* (Lisboa, 1504) fls. 12-14.

Poys que, com a devindade,
es eterno Deos e hum,
poys tomaste humanidade,
adveniat reynum tuum.

Faça-se a tua vontade, continua ele, pois nos livrastes «da eternal pena crua», pela tua crucifixão. E por nos teres salvado, damos-te graças, Senhor, *sicut in celo et in terra.*

Em geral, esta poesia de Luís Anriques é mais uma glosa no sentido poético da palavra do que um comentário do pai-nosso. Quer dizer, em vez de explicar o pai-nosso, o autor vai fazendo considerações piedosas, súplicas à margem, se nos permitem a expressão, e sobretudo procura terminar cada uma das estrofes por um verso do mote. O mote, neste caso, são as palavras do pai-nosso. E há ainda esta diferença da linha habitual das glosas poéticas: as estrofes terminam e *começam* pelas frases do mote.

Contudo, ao tratar do pão nosso de cada dia, à glosa poética junta Luís Anriques certo desenvolvimento doutrinal da frase:

Panem nostrum cotidiano,
em o qual per fe te vemos,
praza-te, poys que te cremos,
que nos livres do gram dano.
Dá-nos o bem qu'esperamos,
depoys da morte, per fee,
com a qual te confessamos,
tu da nobis odye.

Por conseguinte, o pão nosso de cada dia é a sagrada hóstia, na qual «per fe te vemos». De facto, com os olhos da fé, contemplamos o Senhor na sagrada eucaristia. Quem comer deste pão, afirmava Cristo no evangelho, não morrerá eternamente e assim escapará ao «gram dano» da condenação. Nenhuma referência ao sustento do corpo. Mas este supunha-se por demais evidente. Além disso, uma glosa em verso pode não comportar todos os aspectos doutriniais do problema.

Maior do que a nossa maldade é a vossa misericórdia, Senhor, e ela nos mostra o caminho. E de repente, um erro teológico:

Ó tres em huã pessoa,
donde nos todo bem vem,
perdoa, senhor, perdoa,
sicut et nos demitimos, amen.

Três numa pessoa é demais. Sabemos o que Luís Anriques talvez quisesse dizer. Ou melhor, não o sabemos a ponto de explicar ao leitor a frase do poeta. Só podemos emitir hipóteses e talvez a melhor seja a necessidade (teologicamente distraída) duma rima para *perdoa*.

Mais uma estrofe, a pedir que Deus nos livre do diabo e das tentações «de Satam ou seu vassalo», e segue-se o fecho da glosa, a saber, uma *Oração do autor*:

Tu, que as portas abriste
do lago do desconforto,
tu que o mundo remiste
per ta morte, sem ser morto,
dá-me, senhor, contriçam
no ultemo desta vyda,
fyrme fee e salvaçam,
e guarda, por ta payxam,
minh'alma de ser perdida³⁰.

A descida de Cristo aos Infernos (o tal lago do desconforto), a remissão do mundo, o arrependimento na hora extrema da morte e outras súplicas, tudo isto tem o seu interesse, mas já transcende o pai-nosso e a este nos queremos limitar.

8.º O «Auto da Cananeia» de Gil Vicente

O interesse das freiras portuguesas pelo teatro data, pelo menos, do tempo de Gil Vicente. Neste sentido, recordamos o *Auto da Cananeia*, escrito a pedido da abadessa de Odivelas, Dona Violante, e representado no dito mosteiro cisterciense: «Este auto que adiante se segue fez o autor por rogo da muyto virtuosa senhora dona Violante, dona abbadessa do muyto louvado e sancto convento do mosteiro de Oudivelas, a qual senhora lhe pedio que, por sua devaçam, lhe fizesse hũ auto sobre o Evangelho da Cananea. Primeyramente, entram tres pastoras, a primeyra per nome Silvestra, ley de natureza, a segunda, ley de escriptura, per nome Hebrea, a terceyra, ley de graça, per nome Veredina. Foy representado na era do Senhor de mil quinhentos e trinta e quatro annos».

Dona Violante Cabral, assim reza a pedra enorme que cobre o sepulcro desta freira insigne, estava decerto relacionada com a

³⁰ *Cancioneiro Geral*, t. 3 (Coimbra, 1913) pp. 81-83. Nalguns casos introduzimos o hífen ou a plica.

corde e tinha consciência do valor religioso dos autos de Gil Vicente. O seu epitáfio já está publicado e damo-lo por isso em leitura moderna, embora a pontuação nos pareça um pouco duvidosa: Aqui jaz a muito virtuosa dona Violante Cabral, abadessa deste mosteiro, a qual em XIX anos e III meses e meio regeu no culto divino e serviço de Deus, em nossa santa religião muito acrescentou e, na fábrica dele, quase todo o reedificou e, nas rendas e possessões muito melhorado e acrescentado o deixou; faleceu a VI dias d'Abril de M. V.^c XXXVI, cuja alma *Requiescat in pace*³¹.

É uma lápide de respeito, com mais de dois metros e meio de comprimento e quase metro e meio de largura. Ao centro, o báculo de abadessa e, sobre ele, um escudo com os três cravos da cruz no meio da coroa de espinhos.

Devia já ser velhinha quando combinou com Gil Vicente o *Auto da Cananeia* e poucos anos sobreviveu a esta intervenção inteligente e devota na gestação e desenvolvimento do teatro português.

Da estrutura deste auto, da beleza dos seus versos para cantar (*Serranas, nam hajais guerra / que eu sam a flor desta serra*), não falamos agora. Interessa-nos, sim, a paráfrase do pai-nosso.

S. Tiago prepara o caminho, ao acentuar que precisavam de aprender a rezar e ninguém como S. Pedro para dizer a Jesus que lhes ensinasse os caminhos da oração. Solenemente (*poderoso Rey sem par ...*), explica que andavam por este mundo como «novos mareantes» e gostariam de saber «em que tempo rezaremos / e as horas e o lugar». Isso e o resto.

Jesus responde que a boa e justa petição traz consigo bom despacho. Bem-aventurado o homem «que reza com coração / e com alma e com sentido». Não aproveita rezar «muyta oração», se está a nossa alma distraída «fora de contemplação». Com «lágrimas de amor», que rezassem o pai-nosso — e Gil Vicente começa, em latim, com a primeira parte do pai-nosso, até *assim na Terra como no Céu*. É neste momento que surge a glosa em verso português:

Com almas limpas e puras,
dixeis isto ao Senhor,
firmandoo por criador
e padre das criaturas,
que he no Ceo emperador;
e dixeis, com grande amor:

³¹ A. C. BORGES DE FIGUEIREDO, *O Mosteiro de Odivellas* (Lisboa, 1889) p. 101.

seja louvado
 teu nome e sanctificado,
 neste nosso orbe menor,
 como es no Ceo adorado.

E direis a sua Alteza:
 o teu Reyno venha a nós;
 em que pedis fortaleza
 e mais pedis pera nós
 graça e desperta limpeza
 e mais perfeita grandeza
 de bondade;
 e pedis à deidade
 que, per toda a redondeza,
 seja feyta a sua vontade.

Segue-se o resto do pai-nosso, em latim, desde *o pão nosso de cada dia* até ao *âmen*, para depois lhe succeder a respectiva paráfrase em portugûês:

Direis mais esta oração,
 sempre com espiritu atento
 e com prompta devação:
 fazenos merce do pão
 de nosso sustentamento.
 Porque o certo mantimento,
 mais fecundo,
 nam se cria ca em fundo,
 nem a neve nem o vento,
 nem na terra nem no fundo.

E pedilhe, filhos, mais,
 com choros do coração,
 que nos de hũa quitaçam
 das dividas em que lhe estais
 de vossa condennaçam.
 Isto com tal condição
 lho pedireis,
 que assi perdoareis
 os males que vos faram
 e, se nam, nam no espereis.

E com gemente tenção,
 lhe aveis, filhos, de pedir
 que vos nam leixe cair
 em nenhũa tentação

que vos possa destruir.
 Ca nam podeis resistir
 aas tentações,
 sem Deos, que vence os dragões
 que vos querem destruyr,
 per engano, os corações.

E mais pedi, per final,
 humildosos e devotos
 como a padre general,
 que, nos perigos ynotos,
 vos livre de todo o mal³²

O tom desta paráfrase vicentina tem o seu quê da piedade dum ermitão e enraíza nas considerações habituais em torno das virtudes que devemos pedir a Deus (entre elas a fortaleza), do pão a significar alimento dos homens, e das tentações que não procuramos mas em que desejamos não cair. Nada de novo, mas são versos de Gil Vicente.

Será necessário acentuar que estes comentários e paráfrases, afora talvez os de Luís Anriques e Gil Vicente, revelam facilmente a sua hereditariedade patrística, quer directamente quer através de obras e sermões da Idade Média?

Já Tertuliano afirmava que o hábito de chamar Pai a Deus faltava no Testamento Velho. Por sua vez, Cipriano de Cartago punha em relevo a palavra *nosso*, pois Deus não é Pai de um só, mas de todos nós. Neste ponto, nenhum privilégio, dirá mais tarde S. Ambrósio de Milão. Quanto ao *pão* significar também a eucaristia, vemos isso em Tertuliano, S. Cipriano, Orígenes, S. Agostinho, Cassiano, etc.³³. E diga-se o mesmo da extensão dessa palavra a tudo o de que precisamos para viver neste mundo: comer, vestir, casa, etc. Claro que há também variantes, aqui e além, de autor para autor. Orígenes, por exemplo, ao tratar *Da Oração*, aponta vários textos do Antigo Testamento, em que Deus surge como Pai. Mas nós queremos apontar, unicamente, as raízes antigas e comuns dos nossos comentários e paráfrases.

³² GIL VICENTE, *Copilaçam de todas as obras ...* (Lisboa, 1562) fls. 81v-82.

³³ Cf. *Le Pater expliqué par les Pères* (Paris, 1962). Apresentação e tradução por Adalbert Hamman, O. F. M.

Na *Exposição da Oração Dominical*, do Pseudo-Bernardo, lembra-se ao leitor que são muitos os filhos de Deus pela graça. E o anónimo autor, à maneira de Ludolfo de Saxónia, ou vice-versa, tira daí as suas consequências de ordem religiosa e social: «Ecce communis est Pater omnium nostrum, per quod admonemur fraternitatis et ejusdem unanimatis. Non applaudat sibi dives, sive dominus; quia similiter est filius Dei pauper et ignobilis et servus. Omnes itaque fratres sumus»³⁴. Eis que é só um o Pai de nós todos e isto nos avisa que somos todos irmãos uns dos outros. Não se glorie o rico, o nobre ou o senhor! Com efeito, o pobre, o plebeu e o escravo também são filhos de Deus. E assim, todos somos irmãos!

Outros escritos medievais poderíamos aduzir, entre eles a *Expositio de Oratione Dominica*, por Josleno, bispo de Soissons³⁵. Porém, seria isto um tema demasiado vasto para um artigo.

MÁRIO MARTINS

³⁴ PL 184, 813.

³⁵ PL 186, 1489-1496.